



Evento: II Mostra de Projetos Integradores da Graduação Mais UNIJUI

REGULARIZAÇÃO DOS BAIRROS DE IJUÍ: ESTUDO DE CASO NO BAIRRO UNIVERSITÁRIO¹

REGULARIZATION OF IJUI NEIGHBORHOODS: CASE STUDY IN THE UNIVERSITY NEIGHBORHOOD

**Jucelaine Lampert², Milena Amanda Treter³, Victor Renato Gehrke⁴, Roselaine Filipin⁵,
Daniel Knebel Baggio⁶**

¹ Regularização dos Bairros de Ijuí. Projeto desenvolvido na disciplina de Projeto Integrador do curso de Administração e Ciências Contábeis do primeiro semestre da Graduação Mais.

² Jucelaine Lampert, contato: jucelaine.lampert@sou.unijui.edu.br. Estudante de Ciências Contábeis,

³ Milena Amanda Treter, contato: milena.treter@sou.unijui.edu.br. Estudante de Ciências Contábeis,

⁴ Victor Renato Gehrke, contato: victor.gehrke@sou.unijui.edu.br. Estudante de Ciências Contábeis,

⁵ Professora do Curso de Ciências Contábeis. Roselaine.filipin@unijui.edu.br

⁶ Professor do Curso de Administração. baggiod@unijui.edu.br

1. INTRODUÇÃO:

Um bairro é uma região dentro da cidade, cada bairro possui suas particularidades, e essas estão especialmente associadas a sua ocupação e ao local em que se encontram. Os bairros de Ijuí possuem cada um seu próprio estatuto, o qual lhes permite receber benefícios oriundos da prefeitura local. Porém, para isso, seus Estatutos precisam estar regularizados e atualizados, juntamente com seu CNPJ.

Como os processos contábeis podem facilitar e auxiliar a formação de Estatutos, Atas e Atualizações de CNPJ's, propondo instrumentos para futuros trabalhos dessas Associações? O objetivo do estudo foi analisar como os processos contábeis podem facilitar e auxiliar a formação de Estatutos, Atas e Atualizações de CNPJ's, propondo instrumentos para futuros trabalhos dessas Associações. Quanto aos objetivos específicos: - Regularizar os Estatutos, Atas de Posses de Diretorias e Atualizações de CNPJ das Associações de Bairros de Ijuí-RS;- Organizar os processos contábeis dos bairros, tendo como foco a prestação de contas dos bairros



e orientar sobre o Livro Caixa;- Propor ferramentas às organizações, tendo como meta facilitar esses processos para uma futura atualização.

A resolução desse desafio visa ajudar os bairros na resolução de suas questões pendentes. Assim, o projeto desenvolvido, justifica-se pelo cumprimento das exigências da disciplina de Projeto Integrador - Inovação e Tecnologia e pelo interesse do grupo em auxiliar os bairros no seu processo de regularização e organização contábil, buscando as medidas necessárias para solucionar o problema e compartilhando com a associação. Desse modo, o projeto contribui na formação acadêmica dos componentes do grupo, interligando teoria e prática e imergindo os estudantes nos problemas encontrados na sociedade

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Sousa e Silva (2021), o Estatuto Social é o conjunto de regras que regem funções, atos e objetivos da pessoa jurídica, é utilizado por sociedades, cooperativas e entidades sem fins lucrativos. É confeccionado a partir das opiniões dos seus associados para atender às suas necessidades e todos terem conhecimento.

O referido documento, conforme o Código Civil, deve definir as características e definições da pessoa jurídica a ser fundada, como sua denominação e fins. Também deve constar a sede, os requisitos para admissão e desligamento dos membros associados e seus direitos e deveres.

Conforme Mamede (2019, p. 270), “O estatuto social é o ato jurídico, atermado em instrumento, a partir do qual se constrói a arquitetura societária da companhia. Seu terreno elementar de construção é formado pela Constituição da República, princípios jurídicos e leis. Sobre essa base, no exercício do direito de fazer o que a lei não proíbe e deixar de fazer o que a lei não determina, pode-se definir o desenho estrutural da pessoa jurídica.” De acordo com Sinibref inter (2022), para as associações, os requisitos estão previstos no artigo 54 do Código Civil e são:

(a) a denominação, os fins e a sede da associação: É o nome pelo qual elas são conhecidas ou identificadas, sem regras especiais na sua escolha, sua finalidade constitui os propósitos de sua formação, define a que ela se destina e sua sede é o local onde ela se estabelece e onde pode ser encontrada.

(b) os requisitos para admissão, demissão e exclusão dos associados: Os requisitos de admissão e demissão agem como uma proteção à organização, pois reconhecem a liberdade de



adesão e de demissão, estabelecendo critérios justos para fazê-lo. O requisito de exclusão confere permissão para excluir determinada pessoa que não age de acordo com o proposto e estabelecido.

(c) os direitos e deveres dos associados: Estabelece os direitos e obrigações do associado, por isso é necessário que o estatuto de os traga explicitamente.

(d) as fontes de recursos para sua manutenção: Explicitar em seu estatuto os meios pelos quais sustentará suas atividades e alcançar seus objetivos instituídos.

(e) o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: Trazer quais os órgãos integram a associação, como eles são instituídos e quais são as suas competências e formas de funcionamento. As associações são constituídas por: Assembleia Geral; Diretoria e Conselho Fiscal;

(f) as condições para alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: As condições para a alteração de qualquer disposição estatutária, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para promover essas alterações e essas sejam registrados no Registro Civil de Pessoa Jurídica. Também deve trazer os motivos e as condições para a dissolução desta entidade, trazendo o motivo e o destino do seu patrimônio.

(g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: Os procedimentos para a informação das contas e para a aprovação das mesmas. A Diretoria ao fim de cada exercício deverá elaborar demonstrações financeiras para exprimir a situação das atividades desenvolvidas pela associação.

De acordo com Gularte (2022), o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ([CNPJ](#)) é o número designado pela Receita Federal na abertura da empresa. Ele serve para identificar o negócio nos mais diversos tipos de atividades, como a emissão de notas fiscais ou o pagamento dos impostos. A partir deste número está assegurado de que a relação que tem com os diversos órgãos reguladores é legal. É importante manter o CNPJ atualizado, para usufruir de suas vantagens e manter a organização regularizada.

3. METODOLOGIA

A pesquisa de Estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros tipos de delineamentos. (GIL, 2019). O estudo caracteriza-se como estudo de caso, pois foi analisado somente um entidade no estudo.



Foram recebidos documentos da Instituição definida, União das Associações dos Bairros de Ijuí - UABI. Nesses documentos, tivemos acesso às informações da Associação que foram usadas como base para a atualização do Estatuto da mesma. Essa documentação também nos auxiliou na regulamentação do CNPJ da UABI.

A partir dos dados coletados procedeu-se um estudo qualitativo, visando analisar os dados levantados a partir do problema e objetivo identificados Segundo Malhotra (2006, p. 156), a pesquisa qualitativa “é uma metodologia de pesquisa não-estruturada e exploratória baseada em pequenas amostras que proporciona percepções e compreensão do contexto do problema”. Através de dados disponibilizados pela Associação e pela organização mediante documentos físicos tornou-se possível a análise e projeções de resultados para o estudo. Por fim, foram identificados os problemas presentes no referido documento e posteriormente corrigidos durante a elaboração do novo Estatuto.

Assim, definida como pesquisa descritiva, na concepção de Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.

3.1 Desenvolvimento

Por intermédio da pesquisa bibliográfica e dos documentos disponibilizados pela associação tornou-se possível realizar o que foi proposto. Com as informações obtidas foi possível a realização do fluxo de caixa, regularização do CNPJ e, por fim, elaboramos o Estatuto Social, o qual segue o desenvolvimento abaixo:

Capítulo primeiro – Da denominação, da sede, duração e finalidades

Artigo 1º A União Das Associações dos Bairros de Ijuí, a seguir denominado pela sigla UABI, é uma associação civil, de direito privado, de caráter socioambiental, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, composta com número ilimitado de associações dos bairros, registrada no registro civil das pessoas Jurídicas, no livro a-1, fls. 116vº, sob número 187 na data de 14 de setembro de 1967, com sede na Rua Álvaro Chaves, número 254, Município de Ijuí-RS, fundada em 14 de setembro de 1967 e regida pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas.



A União das Associações dos Bairros de Ijuí-UABI é uma entidade apartidária, independente, unitária e democrática, é constituída pelas associações dos bairros de Ijuí filiadas, legalmente instituídas, com jurisdição em todo município de Ijuí. [...]

4. RESULTADOS

Mediante estudos realizados com base nos documentos disponibilizados pela União das Associações dos Bairros de Ijuí-UABI, foi possível verificar irregularidades no decorrer do Estatuto, usando como ferramenta de comparação um Estatuto que foi repassado pela nossa Mentora. Por intermédio deste, foi possível realizar sua regularização e, posteriormente, a interpretação desse documento para viabilizar a normalização do CNPJ da União das Associações dos Bairros de Ijuí-UABI. Em seguida, foi elaborado um esquema de fluxo de caixa, como forma de auxílio na organização contábil da associação, conforme solicitado pelos membros responsáveis.

5. BIBLIOGRAFIA

MAMEDE, Gladston. Série Soluções Jurídicas-Manual de Redação de Contratos Sociais, Estatutos e Acordos de Sócios . Disponível em: Minha Biblioteca, (5ª edição). Grupo GEN, 2019.

SOUSA E SILVA, Marina Olívia. Estatuto Social: Entenda quando se faz necessário, quais os seus benefícios e os seus prejuízos quando mal elaborado. Disponível em:

<https://conseq.com.br/publicacoes/estatuto-social-entenda-quando-se-faz-necessario-quais-os-seus-beneficios-e-os-seus-prejuizos-quando-mal-elaborado/> , 2021.

SINIBREF INTER. Como elaborar o Estatuto Social. Disponível em: <https://www.sinibref-interestadual.org.br/e-bom-saber/como-elaborar-o-estatuto-social/> , 2022.

GULARTE, Charles. O que é CNPJ, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica? Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/o-que-e-cnpj/> , 2022.

CONTABILIZEI. Livro Caixa: o que é, como fazer e como preencher. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/livro-caixa/#:~:text=Estamos%20falando%20do%20livro%20caixa,e%20fatos%20administrativos%20do%20neg%C3%B3cio.> , 2022.